



TABELA 1. MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA COLONIAL DE IRAÍ - MRH 325.  
MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO e ÁREA.

Nº	NOME DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA
01	ALPESTRE	13 243	324.9
02	AMETISTA DO SUL	6 406	75.9
03	BOA VISTA DAS MISSÕES	2 120	185.7
04	CAIÇARA	6 066	189.4
05	CERRO GRANDE	3 083	74.7
06	CONSTANTINA	12 012	278.5
07	DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	2 748	249.8
08	ENGENHO VELHO	2 691	73.7
09	ERVAL SECO	9 962	345.5
10	FREDERICO WESTPHALEN	25 265	264.5
11	GRAMADO DOS LOUREIROS	2 642	141.7
12	IRAÍ	10 513	200.0
13	JABOTICABA	4 954	128.8
14	LAGEADO DO BUGRE	2 560	73.6
15	LIBERATO SALZANO	8 471	249.9
16	NONOAI	12 572	459.0
17	NOVO TIRADENTES	2 324	73.7
18	PALMITINHO	6 642	144.4
19	PINHAL	2 744	72.6
20	PINHEIRINHO DO VALE	4 748	105.9
21	PLANALTO	12 346	237.3
22	REDENTORA	8 974	310.0
23	RIO DOS INDIOS	5 614	237.1
24	RODEIO BONITO	8 227	153.1
25	RONDINHA	6 969	259.2
26	SAGRADA FAMÍLIA	2 792	77.4
27	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	3 181	96.3
28	SÃO PEDRO DAS MISSÕES*		
29	SEBERI	13 125	329.0
30	TAQUARUÇU DO SUL	2 955	76.9
31	TRÊS PALMEIRAS	4 998	175.8
32	TRINDADE DO SUL	6 775	269.9
33	VICENTE DUTRA	6 478	195.1
34	VILA CRISTAL*		
35	VISTA ALEGRE	3 040	76.7
36	VISTA GAÚCHA	2 655	82.4
37	XINGU*		
	TOTAL	229 895	6 288.4

FONTE : FIBGE- Divisão de Pesquisa do RS. População estimativa em 01/07/93.

\* Áreas Emancipandas em 1995.

Observou-se também que os grupos humanos existentes nesta região, pela sua variedade étnica, é motivo que também cria em determinadas microrregiões

características especiais de ocupação, produção e mesmo de relações humanas e interpessoais. Nestes grupos observa-se que a cultura foi fator predominante em determinadas áreas onde a modernização avança gradativamente.

Deste modo, a proposta deste trabalho é a de que, ao se estudar as transformações socio-econômicas, possa-se contribuir para amenizar a "pobreza" rural, mediante a formação de perspectivas geradoras de mais renda no interior das propriedades rurais e conseqüentemente em toda a região. Isso colocaria a MRH 325 em melhor posição no sistema produtivo, e assim viabilizaria a realização sócio-econômica de seus habitantes.

Rio Grande do Sul possuiu dois tipos distintos de ocupação fundiária. Na metade sul, as estâncias, o latifúndio, a segregação, a exploração, na parte da serra, o colonato, o minifúndio, a constante repartição, a subsistência, a miséria, e hoje como diz o FIBGE indigentes. E também, por outro lado, uma região que coloca o RS como o maior produtor de alimentos, que em sua maioria são produzidos pelas pequenas unidades de produção familiar.

Sabe-se que as pequenas unidades de produção estão presentes no mundo inteiro, e enfrentam dificuldades. Mas em especial as unidades de produção brasileira e conseqüentemente as da MRH 325 enfrentam problemas maiores, devido a constante crise por que passa a nação brasileira, e cuja repercussão se faz ver na falta de uma política agrícola que distinga os diferentes tipos de agricultores e de garantias de produção e comercialização aos produtos alimentícios.

Conhecer e analisar as características da agricultura e o processo de formação da renda familiar foram os caminhos usados para descobrir o nível dessa renda. E neste caso preocupa-se as informações da FEE que dizem estar na MRH 325 alguns dos municípios mais pobres do RS e atingidos pela campanha de distribuição de alimentos, a Comunidade Solidária do Ministério do Bem-estar Social. É incrível ver casos de municípios, onde 35% da população são indigentes, numa região conhecida como a Zona da Produção, faz-nos constatar a existência de "famintos na fartura".

## 2. METODOLOGIA

Para a execução do trabalho proposto nesta pesquisa, foram utilizados dados dos censos agropecuários da FIBGE e um referencial bibliográfico específico no assunto em questão, com o propósito de embasar o desenvolvimento teórico metodológico da pesquisa.

A segunda fase, consistiu de um levantamento em fonte primária, através de entrevistas com técnicos das secretarias Municipais de Agricultura, EMATER, Sindicatos de Trabalhadores. Observou-se também "in loco" as transformações, ocorridas na MRH 325.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se estudar o Brasil, país ainda muito dependente do setor agrícola, percebeu-se que a variedade de tipos de estabelecimentos, e o tamanho destes, são fatores determinantes da situação em que a agricultura se encontra. Tal fato provoca dificuldades para o aumento da produção de alimentos, levando conseqüentemente o empobrecimento do agricultor e de sua unidade de produção.

No Brasil sempre deu-se ênfase a produção de produtos para exportação, foi assim desde o início de nossa colonização, até a produção em grande escala do trigo e mais recentemente da soja. No entanto, com o binômio soja-trigo, os problemas principalmente, dos pequenos agricultores, se acentuaram. A concentração da terra aumentou em benefício de poucos, e o êxodo rural se acentuou. Ocorreu, entretanto a concentração efetiva em muitas regiões do país. Os imóveis rurais cresceram, por um lado, pela concentração, e diminuíram por outro devido ao empobrecimento cada vez maior dos pequenos agricultores.

Entre os conceitos chaves deste trabalho é importante destacar que o imóvel rural, segundo GRAZIANO DA SILVA (1982 : 37): "é definido como o prédio rústico de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial."

Entretanto com o processo de modernização os padrões antigos foram substituídos por técnicas mais "modernas". A tração animal passa a ser feita pela tração mecânica, trator, os fertilizantes são agora produzidos quimicamente.

O avanço tecnológico abre novas fronteiras para a expansão do capital, o que ocorre tanto pela necessidade de máquinas que incorporem a nova técnica, quanto pela produção de insumo e também pela criação de uma infra-estrutura básica que venha a ser requerida.

A modernização portanto, significa muito mais que apenas o aperfeiçoamento e introdução de novas técnicas. Assim segundo GRAZIANO NETO (1982 : 22-27):

... a modernização significa muito mais que isto. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquela progresso técnico na agricultura vai-se modificando também a organização da produção que diz respeito as relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se intensificando-se uso do bóia-fria ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, a organização da produção em moldes empresariais... a chamada modernização da agricultura não é outra coisa ... que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado as transformações gerais da economia brasileira recente.

Assim, o processo de modernização do campo introduzindo relações capitalistas de produção cria um novo e importante mercado para bens de capital ( máquinas, implementos agrícolas etc...) além de, pelo assalariamento do homem rural e

conseqüente desarticulação da produção doméstica, expandir o mercado interno, provendo-o das dimensões exigidas pela produção capitalista.

A capitalização do campo e a introdução de moderna tecnologia na produção agrícola foi um processo que se verificou historicamente de forma atrasada em relação a outros setores. Somente a partir do intenso desenvolvimento industrial e do crescimento demográfico urbano ocorrido a partir dos anos 50 é que se verifica (portanto determinada pelo setor não agrícola) a mais intensa capitalização do campo. Tal fato evidencia que o campo permaneceu por muito tempo, em termos tecnológicos, estacionado. A introdução do progresso técnico na agricultura não se justifica pela ação "produtora de mão-de-obra" mas pela necessidade de se manter em constante crescimento a oferta de produtos agrícolas.

Destaca-se que, segundo PAIVA (1976 : 18) : "... modernização é o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas e, ... técnica moderna é a que objetiva alcançar maior produtividade em termos físicos e econômicos."

O Rio Grande do Sul, apresenta sua estrutura fundiária com características diferentes em relação ao Brasil. De um lado, as Sesmarias, com grandes extensões de área, e de outro, as pequenas unidades de produção familiar. A modernização cria padrões de comportamento diversos, dos até então praticados pelos agricultores gaúchos e / ou colonos.

Portanto, observa-se que a modernização veio completar uma condição de exploração, desde muito já observada, quando da distribuição da terra no Rio Grande do Sul. e TORRONTEGUY (1994 : 56 ) afirma que :

... o alambrado reformou os costumes sul riograndenses. ... representa o fim de uma situação social entendida como liberdade e o início de outra situação social mais identificada como a negação de uma tal liberdade pelo advento de uma sociedade estruturada em classes. O alambrado na História dos sulinos delimitou dois mundos, um, dos grandes proprietários e outro, daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não proprietários.

Com a implementação efetiva do processo de modernização problemas estruturais como o êxodo rural, favelação de centros urbanos e empobrecimento começam a ser observados. O processo de transformação da agricultura gaúcha acompanhou o crescimento dos centros urbanos regionais que representavam um mercado local para os seus produtos.

Segundo TAMBARA ( 1983 : 43):

Com o binômio soja X trigo culturas de exportação centrada num único produto por temporada utilizando intensamente capital em detrimento da força de trabalho. Como consequência direta ocorre a expulsão da mão-de-obra do campo, ocasionando uma aceleração do fluxo migratório campo-cidade. Crescendo a urbanização, decorrente não da necessidade das cidades de mão-de-obra, mas da desagregação da pequena propriedade.

O aumento do emprego decorrente do processo e diversificação do parque industrial nacional, fez com que a demanda urbana por produtos agrícolas sofresse expressiva ascensão. Por sua vez, a pressão exercida por essa demanda estimulou os produtores agrícolas a expandirem a sua oferta.

A mecanização agrícola do Rio Grande do Sul somente acelerou sua expansão no final da década de 60 devido a restrição até então existente, a importação de tratores, máquinas e implementos de procedência estrangeira. A importação de equipamentos para a indústria era imprescindível porque o setor de bens de capital não possuía ainda capacidade produtiva suficiente para atender as necessidades internas.

No final da década de 50 o ritmo de crescimento da lavoura gaúcha apresentou sinais de um processo de reversão. As alterações na política cambial dificultaram a aquisição de máquinas agrícolas em virtude do alto custo de sua importação, impossibilitando assim a expansão e até mesmo a manutenção do nível de mecanização atingido pela lavoura empresarial. Além disso, a imensa variedade de modelos de tratores existentes no país opunha grandes dificuldades a que as poucas fabricas de equipamentos agrícolas produzissem arados, grades e outros implementos que se adaptassem a

maquinaria importada. Assim sendo se buscou a instalação de uma fábrica de tratores, fato este ocorrido em 1960.

Somente a partir de 1968 quando o padrão de acumulação instaurado na década anterior forjou um novo período expansivo, a atividade agrícola apresentou sinais de recuperação. Nesse período tanto pelos incentivos dos mercados internos e externos, como pelo favorecimento de uma política governamental dirigida a expansão das culturas capitalizadas, intensificou-se a mecanização da lavoura gaúcha. Este novo período expansivo do capitalismo no campo encontrou a fronteira agrícola já esgotada, dificultando o acesso a terra o que auxiliou na aceleração da mecanização da lavoura rio grandense.

O processo de modernização da lavoura gaúcha mostrou-se mais intenso nos períodos de introdução e/ou expansão das culturas de arroz, trigo e soja, sob formas capitalistas de produção. Dentro desta modernização deveria haver espaços para o lucro, pois o agricultor precisa numa economia de mercado sobreviver. E com a modernização e conseqüente surgimento de empregados rurais ( mão-de-obra assalariada) os custos aumentariam e a necessidade de maiores lucros também. Por outro lado a modernização intensifica o trabalho, libera mão-de-obra, provocando diferença entre a oferta e a demanda de empregos.

A reduzida extensão da terra configura-se num dos fatores restritivos impossibilitando, inclusive, a utilização de técnicas modernas. A expansão da área exigiria uma capacidade de geração de recursos que o agricultor não possui dado que a abundância de mão-de-obra familiar e a produção para autoconsumo reduzem significativamente a parcela comerciável da produção. Por tanto é nos médios e grandes estabelecimentos, que podem produzir numa escala de produção compatível com a tecnologia disponível que se percebe com maior nitidez o processo de modernização da agricultura gaúcha.

Deste modo, as atividades agropecuárias dependiam de mão-de-obra, que se redefiniu conforme o grau de modernização, e o tipo de unidade agrícola. Parecia-se que com a modernização a produção familiar iria acabar mas conforme Jean apud KARNOPP (1995:51) ela apenas se adaptou, pois :

A produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica, e isto independentemente dos regimes políticos tão diferente de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir.

A mecanização da atividade agrícola exige a modernização paralela das atividades complementares ou de apoio (comercialização, transporte, energia, pesquisas...) bem como requer para sua manutenção e continuidade uma oferta crescente de máquinas e insumos modernos. Fato este visível em 1970 onde o RS já possuía 25% da frota nacional de tratores.

O Rio Grande do Sul caracteriza-se por ser um estado onde o setor predomina no aspecto econômico é o primário. Neste sistema o elemento dominante, ao qual todos os outros subordinam-se, é a propriedade agrária, sendo a terra o meio de produção principal. Deste modo a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul apresenta características bastantes peculiares. Coexistem, lado a lado, a grande e pequena propriedade. Há ainda uma outra faceta que é a presença de empresas agrícolas relativamente capitalizadas, embora algumas ainda apresentem características pré-capitalistas.

Quanto ao tipo de exploração, predomina na região que se estudou, camponeses que conforme ABRAMOVAY (1992:12) define-se como :

Camponeses são unidades domésticas com acesso aos meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com um alto grau de imperfeição.

Na agricultura capitalista, uma das características fundamentais é a presença do caráter empresarial, que implica numa ação consciente de maximização da renda. Isto ocorre mesmo quando algumas relações arcaicas são mantidas como o sistema de prestação pessoal de trabalho ou o sistema de prestação pessoal de produtos, pois comprova-se que

certas culturas em determinadas regiões são mais rentáveis economicamente quando produzidas num sistema pré ou semi capitalista. E como agricultores capitalistas pode ser entendido conforme OLIVEIRA ( 1986 : 49 ): como : ".. aqueles que possuidores de capital o destinam a produção. Na agricultura adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem em troca de um salário."

O fenômeno da modernização da agricultura pode ser definido como sendo o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, agricultura moderna é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de método e técnicas de preparo e cultivo de solo, de tratos culturais e de processo de colheitas mais sofisticados. Em outras palavras: modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação.

Entende-se que a modernização pode ser definida ainda como um processo de modificações nas relações sociais de produção. Neste caso, implica numa maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro. Emergiu com as transformações ocorridas na agricultura brasileira e consequentemente do Rio Grande do Sul. Assim, novos nomes foram sendo incorporados no falar do dia-a-dia dos gaúchos, como granjeiro, insumos, bóia-fria, empresário rural, colonos fortes, entre outros.

Para ilustrar cita-se Gelhen apud CADERNOS DE SOCIOLOGIA (1994 :161- 163 ).

O empresário rural, também identificado no Sul, como Granjeiro composto por proprietários e arrendatários de áreas "médias", ou seja, a maioria com área entre 60 e 300 ha. Grupo social ascendente, nascido com a "modernização" na agricultura particularmente pela via trigo e soja. Precisa de trabalho alheio complementar, para viabilizar o sistema produtivo de tipo intensivo. E colonos fortes esses produtores que possuem áreas geralmente inferiores a 100 ha, o trabalho é predominantemente familiar e apenas complementarmente usam o assalariamento, geralmente do tipo sazonal (...). Diferenciam-se o pequeno produtor familiar clássico basicamente pelo seu potencial acumulador e de consumo e pelo comportamento de classe.

Outra característica do processo de modernização é a transformação capitalista da agricultura. A medida que o processo de produção se implanta e avança, a agricultura tende a especializar-se, orientando-se para um ou dois produtos em cada região. Gerando com isso a monocultura, que pode ser entendida como o aperfeiçoamento nas técnicas de um determinado produto. Assim cita-se Fennell apud KARNOPP (1995 : 79 ). que diz : " a agropecuária é uma atividade excepcional no sentido de que uma grande porção dos novos ingressantes na atividade vêm do interior do próprio setor através da sucessão familiar."

O trabalho mais qualificado e técnico, também modificou a fisionomia do campo bem como as relações humanas nele existentes. Assim como diz Franklin apud KARNOPP ( 1995 : 8 ) :

Uma das características duradouras e essenciais e, na verdade, revolucionárias do sistema capitalista de produção é o compromisso do trabalho do Empresário. Com a introdução do sistema capitalista, o trabalho tornou-se uma mercadoria, como qualquer outra mercadoria destinada a ser comercializada ou distribuída, empregada ou distribuída, de acordo com as necessidades da empresa e da situação do mercado. Para o camponês, tal liberdade de ação nunca pode existir. Sua força de trabalho consiste principalmente nos seus familiares e descendentes : sua mulher, seus filhos e seus dependentes, seus pais idosos. ... Em contraste com o empresário capitalista, o comprometimento do trabalho do camponês chefe pode ser considerado como total. A sociedade camponesa tem sido, assim, sempre, uma grande criadora de trabalho e emprego, e graus variáveis de sub-utilização de trabalho podem ser explicados por combinações particulares de tecnologia, ecossistema e ordem social. Seu significado histórico explica sua capacidade demonstrada através dos séculos, de colonizar, de melhorar, de sustentar e de persistir.

Com a modernização e a falsa ilusão de riqueza, as vezes, o pequeno agricultor abandona as culturas de subsistência em sua pequena unidade de produção, produzindo monoculturas de exportação. E TAMBARA ( 1983 : 77), confirma esta afirmativa, salientando que :

A pequena propriedade acaba por abandonar a lavoura de subsistência. Assim é relativamente comum ver-se agricultores nos supermercados e armazéns no interior comprando batata inglesa, feijão, farinha de milho, etc... produtos que antigamente eram produzidos por ele.

A problemática do pequeno produtor perante a modernização, também é destacada por Brumer apud CADERNOS DE SOCIOLOGIA (1994 : 110 ) quando salienta esse processo ( modernização) na área em estudo :

A produção familiar da região estudada - e principalmente os produtores que não são produtores ou que contam com áreas muito pequenas - esta vivendo um impasse. De um lado continuar a produzir dentro do modelo produtivo iniciado parece cada vez mais problemático, tendo em vista as dificuldades de capitalização para comprar um dos meios de produção mais escassos - a terra - e evitar a continuação da emigração para as cidades e/ ou outras regiões.

Essa tendência em direção a monocultura, de um lado, cria dificuldade e estrangulamentos a pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e de outro lado viabiliza e estimula a empresa rural (grande e média) onde se estabelece as relações capitalistas de produção.

A pequena unidade de produção familiar presente no Brasil inteiro, sofreu, no decorer do tempo, muitas transformações. Com a modernização se efetivou o êxodo rural e a migração, delineando perspectivas negativas para a pequena propriedade. Mas esta sobreviveu, se adaptou e hoje conforme Chayanov apud KARNOPP (1995 : 25 ) percebe-se que :

o campesinato é um grupo específico porque sua economia é específica.... a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades... a diferenciação entre essa forma de economia e a economia capitalista é evidentemente, que o objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar ainda mais....A agricultura não é uma

ocupação, é uma combinação de tarefas e, nesse sentido, difere da maioria das ocupações do tipo industrial, nos quais o indivíduo é treinado para desempenhar uma tarefa específica. Já o camponês executa diferentes tarefas : ele é agricultor, carpinteiro, couteleiro etc... isso explica porque o campesinato tem uma socialização em bases familiares, já que as diferentes tarefas são ensinadas quase sempre pelos pais.

A composição da família é outro fator que determina a atividade e o grau de modernização. Tal fato é exemplificado por Chayanov apud KARNOPP (1995 : 44), que afirma:

..é acima de tudo a composição da família que define os limites máximos e mínimos do volume de suas atividades. A força de trabalho das unidades de economia doméstica está completamente determinada pela disponibilidade dos que, na família estejam aptos para trabalhar. Continua dizendo que o problema econômico básico de uma unidade agrícola e a correta e solidaria organização do trabalho anual, estimulados pela necessidade básica de cobrir o orçamento familiar anual e pelo desejo natural de poupar ou investir capital se as condições econômicas de trabalho o permitirem.

Na ocupação da área abrangida MRH 325, o meio ambiente sofreu profundas transformações. O espírito empreendedor dos colonizadores, aliado ao processo capitalista de exploração, formou uma realidade não muito de preservação dos ecossistemas naturais. E assim segundo LEFEBVRE (1973 : 42) :

O vínculo do homem com a natureza é um vínculo dialético: uma unidade cada vez mais profunda em uma luta cada vez mais intensa, num conflito sempre renovado, onde toda a vitória do homem, toda invenção técnica, toda a descoberta no conhecimento, toda a extensão do setor da natureza dominado pelo homem, redundam em seu proveito.

A modernização avançou muito na MRH 325 a partir da década de 60, conforme cita Brumer apud CADERNOS DE SOCIOLOGIA (1994 : 89 - 93):

...desde meados dos anos 60 , a agricultura desta região passou a ter a soja como produto principal e, junto com ela adotou um pacote tecnológico que significava o aumento dos índices de mecanização, a diminuição da mão-de-obra empregada em atividades agrícolas, a utilização de doses maciças de corretivos do solo, adubos e defensivos e o

aumento da produção, comercializada, numa interligação cada vez maior com os setores industriais a montante e jusante da agricultura, com os bancos e com as cooperativas regionais....A integração da produção de soja com a de trigo possibilitou a manutenção e, em alguns aspectos, a redefinição de muitas das características preexistentes da região norte do Estado, tais como a utilização de mão-de-obra predominante familiar, a policultura voltada tanto para o autoconsumo como para a comercialização e a estreita relação com as cooperativas.

E as cooperativas como agentes de comercialização, armazenamento e compra dos produtos agropecuários contribuíram muito para a implantação do sistema capitalista de produção no campo. Neste contexto, LUXEMBURG (1983 : 50) refere-se assim:

...as cooperativas são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: elas constituem uma produção socializada em miniatura, que é acompanhada por uma troca capitalista. mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, ou seja, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas.

Deste modo, com o avanço do processo de modernização ocorre a chamada industrialização da agricultura ou industrialização do campo. Este fenômeno se expressa pelo fato de a agricultura, enquanto setor produtivo se tornar uma atividade crescentemente empresarial ao mesmo tempo que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria. Assim se esperava melhorar o vida das populações destas regiões, e segundo Oury apud KARNOPP (1995 : 76 ) era assim que se pensava a modernização : " Garantir ao menor preço a produção de gêneros alimentares e agrícolas; garantir um nível de vida suficiente à população agrícola, nomeadamente pelo aumento da renda individual dos que trabalham na agricultura."

Para que a modernização atingisse um alto grau de participação no Rio Grande do Sul, seria necessário que um conjunto de novas técnicas fossem adotadas pelos agricultores. Assim passou-se ao uso intenso de insumos e novas técnicas de preparo,

plantio e colheita foram sendo gradativamente criadas. Surge também uma rede de comercialização, de compra e venda de produtos, em sua grande maioria encabeçada pelas cooperativas e/ou comerciantes.

E conforme BEZZI (1985 : 95) : a técnica é entendida como :

...o produto dos avanços científicos que, ao ser utilizados, inovam continuamente os métodos de produção...gera determinados efeitos, como : efeitos sobre o emprego e o salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito e transformação das relações *atrasadas* em relações capitalistas de produção.... A penetração de novas técnicas no processo produtivo interfere nas formas de organização da produção, modificando as relações entre o capital e o trabalho e subordinando o conjunto de recursos ao domínio do capital.

Da mesma forma o uso de insumos pode indicar a mudança de uma agricultura tradicional para moderna o que implica na constatação de se analisar o grau de modernização. Assim, tanto no Brasil, no Rio Grande do Sul e bem como na MRH 325 a partir de sessenta aumentou muito o uso de insumos, isso tudo devido a política de subsídios governamentais que visavam expandir o mercado interno de bens de consumo e externos de matérias-primas, buscando gerar mais divisas para o país.

Outro fator importante ao se investigar as transformações sócio-econômicas é conhecer e identificar os grupos étnicos que nela se encontram. Assim, na MRH 325 encontram-se cablocos, índios, brancos de origem italiana, alemã, poloneses entre outros. Neste caso cita-se SANTOS (1984 : 142/143) : que caracteriza alguns traços dos cablocos como:

A atividade econômica tradicional do, caboclo é a agricultura de subsistência, que ele considera como meio de reprodução biológica e social. Sua profunda identificação com o meio ambiente é a garantia de ser respeitado em suas relações sociais. Historicamente ficou afastado dos mercados, isolado, seja pela ausência de vias de comunicação, seja social e economicamente, mesmo vivendo em uma região povoada e acessível.

Observa-se que o caboclo teria uma relação com a propriedade fundiária diversa daquela desenvolvida pelo colono de origem européia, pois: conforme SANTOS ( 1984 : 143 ): " sua relação com a terra é fortemente fundada em uma concepção muito próxima daquela dos índios. Em sua lógica, cada um tem direito à terra enquanto espaço que dispõem para se deslocar, produzir e caçar." Tal como o caboclo o indígena também possui suas características que foram sendo transformadas de acordo com o capital. Esta assertiva é enfocada por OLIVEIRA ( 1988 : 15 ) : que afirma : " na história da ocupação, o espaço e o tempo do universo cultural indígena foram modelados sobre o espaço e o tempo do capital.

E segundo KARNOPP ( 1995 : 51 ) o tipo de agricultura também é baseado pelo tipo de colonização:

As características do tipo de agricultura têm sua origem no processo de colonização, através da fixação dos imigrantes italianos, alemães, poloneses, em vastas regiões do Estado... a aquisição da propriedade traduz e expressa o projeto comum da família, de acesso a uma certa forma de trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence... e herdaram desse período alguns traços singulares: são policultores e criadores em pequena escala; têm pouca instrução; utilizam tecnologia rudimentar; cultivam pequenas áreas, e a área total da unidade também é pequena; uma porção significativa da produção se destina ao consumo.

As culturas que mais se destacaram, e que, portanto, agilizaram a modernização foi as culturas do soja e do trigo. Originalmente a soja foi cultivada nas regiões coloniais como subsistência. A expansão como cultura para a exportação se dá no Rio Grande do Sul a partir de 1950.

E, conforme BEZZI ( 1985 : 78 ) :

Ao assumir o modelo agroexportador a soja, no terceiro momento (1968-80), caracterizou de forma decisiva a articulação da economia do Rio Grande do Sul com o polo dinâmico nacional. Esta crescente demanda estimulou o incremento da produção da soja, fazendo com que o Estado cumprisse a função geradora de divisas, no processo global da acumulação e cumprisse a sua função exportadora. ...é nesta etapa 1968-80 que esta cultura passa à liderança do processo de acumulação na agricultura.

Hoje a produção da soja se faz presente em todos os recantos do Estado.

Esta afirmativa é enfocada por NOAL & CUNHA (1990 : 121) :

A produção de soja se faz presente nos três segmentos da agricultura gaúcha : nas pequenas propriedades coloniais, nas lavouras empresariais e na pecuária tradicional, através do arrendamento capitalista. Desse modo a lavoura de soja invadiu não somente os campos da pecuária, como também, as áreas da lavoura de feijão, mandioca e outras culturas de subsistência, típicas das pequenas propriedades.

A soja se tornou um produto de sustentação da modernização agrícola no Rio Grande do Sul. Devido ao alto valor de troca muitas outras regiões do país absorveram esta cultura e este modelo. dissimando-se assim, por todo o território nacional.

E cita-se BEZZI (1985 : 79) que refere-se a combinação do binômio:

..aparece na combinação duas culturas altamente comercializáveis: uma de inverno o trigo, e outra de verão, a soja. Isso permitiu usar mais intensivamente a terra, diminuir a ociosidade das máquinas e equipamentos, e usufruir mais racionalmente de adubos e fertilizantes. Esta modernização no setor primário possibilitou o surgimento no Estado de um parque fabril responsável pela fabricação de tratores, colheitadeiras, fertilizantes entre outros.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA EM ESTUDO

##### 4.1 Características Históricas da Área.

Devido a penetração no território gaúcho, por um lado, pelos portugueses e por outro pelos jesuítas de origem espanhola, o território gaúcho ficou dividido mais ou menos ao meio até a metade do século XVIII, quando começaram a serem editados decretos para a delimitação das fronteiras. Devido ao grande surto de migração para a região centro do Brasil, à procura do ouro, é necessário buscar alimentos e muare para o transporte nas minas. São organizadas expedições para aprisionar índios e caçar os rebanhos no Rio

Grande do Sul. Inicia-se assim, uma ligação mais forte e contínua do Sul do Brasil com o centro. Os tropeiros capturavam gado e levavam para Sorocaba no Estado de São Paulo de onde seriam comercializados para os centros mineradores do país.

Com a destruição das reduções, e extermínio da maioria dos índios, os poucos sobreviventes se fixam na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Os tropeiros que levavam gado para São Paulo, começaram a buscar caminhos nesta região para escoar os rebanhos. Deste modo, a região da atual MRH 325 começa a ser atrativa à penetração humana por brancos. Os tropeiros construíram rotas que partiam do centro do Estado, passando por Cruz Alta e por Palmeira das Missões de onde se desmembravam em duas, uma em direção a Íraí e outra a Nonoai. No final do século XIX se encontravam na região da MRH 325, índios e caboclos que praticavam agricultura de subsistência. Viviam em liberdade extraindo erva mate e criando gado. Posteriormente foram aldeados em reservas florestais, também conhecidas como áreas indígenas.

A MRH 325 situa-se no Norte do Estado do Rio Grande do Sul. É a última área de ocupação do território gaúcho. Sendo que a ocupação por migrantes de origem italiana, alemã e polonesa, inicia-se no final do século passado, acentuando-se nas décadas de 20, 30 e 40 deste século. Os primeiros núcleos urbanos surgem em Palmeira das Missões no início do século XIX com a denominação de Vila da Palmeira. Passando a categoria de Município no governo imperial, no ano de 1874. Também outra área de descanso, mais ao norte próxima de uma fonte, originou a povoação do Barril, hoje município de Frederico Westphalen.

Segundo BRUM (1988: 36). a ocupação pelos imigrantes e seus descendentes acontecem em duas etapas:

"A primeira... ocupação da mata da região centro e nordeste do Estado, com núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade. São as chamadas Colônias Velhas. A segunda... ocupação de terras cobertas de matas ao norte do Estado, Vale do rio Ijuí e região Alto Uruguai. teve início em 1890, com a fundação da Colônia Ijuhy, e avançou rapidamente: Guarani das Missões (1890), Panambi (1899), Erechim (1908), Santa Rosa (1915), para só mencionar

alguns núcleos mais expressivos. São as chamadas Colônias Novas".

#### 4.2 Características Físicas

A Microrregião Homogênea Colonial de Íraí ( MRH 325 ) situa-se no Planalto Médio dentro do Planalto Meridional Brasileiro, distinguindo-se dois domínios principais de acordo com a topografia: na porção norte uma topografia muito movimentada com vales encaixados, no sul com topografia bem mais suave, menos movimentada.

O Planalto do Médio Uruguai constitui uma pequena porção do extenso Planalto Meridional do Brasil. Situando-se ao Centro-Norte do Rio Grande do Sul apresentando altitudes que variam de 400 a 800 metros. A porção mais elevada encontra-se a leste sofrendo gradual rebaixamento em direção a oeste. A Geologia é dominada pelo basalto, cuja decomposição origina-se o solo do tipo "latossolos, roxo distrófico, álico com textura argilosa.

A Vegetação original também apresenta dois traços distintos ao Norte, domínio da floresta subtropical entremeada pela Araucária; ao Sul, uma vegetação campestre, as vezes recortada por penetrações da floresta subtropical. Essa vegetação com o decorrer da ocupação e do tempo sofreu gradativa devastação. Fato este observado em todo o Estado. Os representantes originais são encontrados sob a forma de pequenas manchas nas vertentes mais íngremes dos vales ou topo de morros. Encontrando-se, muitas vezes substituídas por capoeirões ou capoeiras. O fator determinante desta devastação foi a ocupação predatória, que exauriu a fertilidade do solo, dificultando assim a reconstituição da vegetação originária. Outro fator que contribuiu para a devastação é a pequena extensão das propriedades agrícolas, não havendo possibilidades de se deixar algumas reservas florestais originárias. As gerações mais novas conhecem, estas matas em maior extensão, devido a preservação em parques florestais e reservas indígenas.

O clima subtropical com verões brandos, invernos relativamente rigorosos e pluviosidade regular domina na região. A massa de ar mais importante na determinação do

clima na região é a Polar Atlântica. Provocando chuvas regularmente. Eventualmente, no inverno podem ocorrer precipitações de neve. E quando sob o domínio da massa Polar, as geadas são regulares.

Os rios desta região, está caracterizada pela presença das bacias do Uruguai e do Jacuí. Os rios de pequenos cursos da água da vertente norte correm para o Rio Uruguai, sendo esta região de Topografia acidentada. Os da vertente sul, deslizam sobre uma vertente mais suave alimentando a bacia do Jacuí. A rede hidrográfica é comandada pelo Rio Uruguai cujos principais afluentes são os rios da Várzea, Passo Fundo, Fortaleza, do Mel, e o Turvo.

Segundo PIRAN ( 1995 : 18 -19 ) percebe-se que :

"O perfil desses rios apresenta sucessivas rupturas de declive. Suas nascentes situam-se normalmente entre 700 e 800 m de altitude e sua foz a uma distância de 150 a 200 Km acham-se a uma altitude variando entre 400 e 600 m. Em consequência disto, os rios da região fornecem um importante potencial hidrelétrico, que começou a ser aproveitado com a construção da Barragem do Rio Passo Fundo, com 220.000 Kw de potência instalada. Consideradas as circunstâncias, estes rios apresentam uma navegabilidade nula em situação normal. O regime das águas é do tipo subtropical pluvial, com duas cheias ao ano. Uma no outono nos meses de abril, maio e junho, e outra no fim do inverno e início da primavera, nos meses de setembro, outubro, novembro podendo em alguns anos estender-se até dezembro".

#### 4.3 Características Humanas e Sócio-Econômicas.

A MRH 325 possui uma população de aproximadamente 230 mil habitantes distribuídos em 37 Municípios com área total de 6.288,4 Km<sup>2</sup>. Sendo a maioria dos habitantes provenientes das colônias velhas, e descendentes de italianos, alemães e poloneses que se fixaram nesta região a partir do século XX e que caracterizam, pela forma de trabalho e de relações com o meio ambiente a MRH 325 como uma região heterogênea quanto a ocupação e quanto as atividades econômicas e sociais que nela se apresentam.

Possui um relevo mais acidentado ao norte se inclinando ao vale do Rio Uruguai, e mais plano em direção sul. Devido a esta topografia as áreas mais planas são aproveitadas para a agricultura mecanizada, onde estão as maiores propriedades, e as áreas mais íngremes para agricultura de subsistência e pecuária, caracterizada, assim, por pequenas unidades de produção. Predominando as culturas da soja, milho, feijão, fumo, produção de leite, gado de corte, suínos, aves e extração de erva mate entre outros. Predominam minifúndios com área média de 12 ha, trabalhados por mão-de-obra familiar, cuja maioria dos agricultores é sócio de cooperativas e sindicatos.

Os núcleos urbanos de maior destaque são Frederico Westphalen, Nonoi, Íraí, Costantina entre outros. Com comércio variado e algumas indústrias de pequeno porte. A região sofreu nos últimos anos muitas emancipações, ocasionando o surgimento de novos núcleos urbanos e o aumento da malha administrativa.

Os meios de comunicação são expressivos, com a presença de emissoras de rádio, jornais periódicos e recepção de sinais de TV em UHF e VHF. Grande parte da região possui telefonia direta e a energia elétrica também atende a maioria dos estabelecimentos residenciais. A população da região possui atendimento médico-hospitalar em quase todas as cidades. A rede escolar é bem distribuída.

A posição geográfica é definida pela presença de rodovias que estabelecem a ligação da MRH 325 com Porto Alegre e o porto de Rio Grande na direção sul, e com o centro do país. Não possui rede ferroviária e as rodovias principais são a BR 386 ( Íraí - Porto Alegre ), BR 158 ( ligação com o centro e o sul do Rio Grande do Sul). Destinam-se exclusivamente ao transporte de carga, e as condições de tráfego são precárias. Possuindo rodovias estaduais de menor importância que ligam as sedes das cidades com as BRs.

#### 5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Embora o segmento agrícola da área em estudo enquadre-se como sendo agropecuário colonial, uma parte significativa da área agrícola assume características bem definidas como lavoura empresarial, com uma série de inovações que se efetivam através

do uso intenso de insumos, equipamentos mecânicos e tendo sua produção voltada essencialmente para a soja, destinada ao mercado externo e interno.

Com a introdução da tecnologia, na MRH 325, a fisionomia da região mudou sensivelmente. Na década de 70, houve um avanço do capitalismo no setor agrícola. Grande parte da lavoura, por apresentar-se mecanizada permitiu a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, uma dependência muito forte da agricultura no que se refere a financiamentos e incentivos, tornando o setor agrícola da área em estudo, atrelado ao modelo político-econômico nacional.

A tecnificação dinamizou o setor agrícola, uma vez que ampliaram os índices de produtividade e produção agrícola.

O cultivo da soja, foi responsável pela expansão da lavoura temporária, alternada com trigo. Entretanto a partir de 1980, essas culturas tem entrado em declínio, no caso o trigo em área e produção, permanecendo a soja em expansão.

Ao lado do segmento produtivo empresarial, da área em estudo, ocorre aquele segmento produtivo tradicional, onde os pequenos agricultores, dispoendo de deficientes recursos financeiros e de terras inapropriadas à agricultura, não puderam dinamizar o avanço deste segmento. Desta forma, continuam ligados à tradição e aos hábitos, muitas vezes permanecendo em relativo estado de pobreza.

Observou-se que em certas áreas, pelo fato dos produtores disporem de pequenas extensões de terra, ocorre a utilização intensiva da mesma, levando ao total esgotamento. Tal fato ocasiona um grande fluxo migratório, desta região para outros Estados brasileiros e para regiões industrializadas do Rio Grande do Sul. Observa-se o surgimento de novas áreas urbanas, e o crescimento das cidades pólos. A população rural diminuiu muito, e ainda continua a migrar.

A degradação dos ecossistemas é outro fator que preocupa a permanência e a manutenção das atividades agrícolas na área, exigindo assim um uso racional do espaço agrário e dos recursos naturais. Deste modo, as associações de pequenos agricultores procuram viabilizar a permanência no campo, bem como o uso de técnicas de manejo e de produção com características ecológicas ou autosustentável.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- BEZZI, M. L. **São Borja Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despequearização**. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1985, 222 p. il. (Dissertação de Mestrado)
- BRUM, J. A. **Modernização da Agricultura. Trigo e Soja**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. 200 p.
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA **Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários**. V. 6, 1994. 227 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A Agricultura do RS. 25 anos da economia gaúcha**. Porto Alegre, FEE, V.3 1982. 136 p.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo : Brasiliense, 1982. 126 p.
- GRAZIANO da SILVA, J. A **Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 135 p. (Coleção Agricultura e Sociedade)
- KARNOPP, E. **A pequena Produção Familiar Rural : Reserva Para o Capitalismo em Expansão**. Santa Maria, Depto de Extensão Rural, UFSM, 1995. 180 p. (Dissertação de Mestrado) CCR/UFSM.
- NOAL, F. G. & CUNHA, S. R. **Relação produção mercado das regiões da tipologia agrícola do RS**. Santa Maria, Depto/CCNE/UFSM, 1990. 93 - 125 p. (Relatório de Pesquisa CNPq).
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, Atica , 1986.
- PAIVA, R. M. ; SCHATTAN, S. & FREITAS, C. F. T. de. **Setor agrícola do Brasil**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. 17 - 27 p.
- PIRAN, N. **Pespectivas do Campones no Alto Uruguai**. Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1995, 205 p. (Tese de Doutorado), IGCE, UNESP.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho : Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Campones ao Capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

TAMBARA, E. **RS Modernização e Crise na Agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 95 p. ( Série Documenta, 16 )

TORRONTÉGURY, T. O. V. **As Origens da Pobreza no RS**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 56 p.

#### RESUMO : AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS OCORRIDAS NA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA COLONIAL DE IRAÍ - MRH 325

O objetivo fundamental do presente trabalho foi analisar as transformações sócio-econômicas ocorridas na Microrregião Homogênea Colonial de Iraí- MRH 325, no período de 1950 a 1990. Tal preocupação está respaldada nas mudanças contínuas por que passa a agricultura brasileira, e em consequência, a área em estudo. Foi colonizada basicamente por migrantes oriundos das colônias velhas e constitui-se hoje em um dos últimos refúgios dos índios Kaigangs. Sua estrutura fundiária é basicamente formada por minifúndios (12 ha) com mão-de-obra predominantemente familiar. Constatou-se que o processo de modernização não está homogeneamente distribuído nas unidades de produção, levando a MRH 325 a uma situação dicotômica, ou seja, de um lado (a maior parte dos produtores) o empobrecimento, e por outro, a concentração da renda. Deste modo, os resultados preliminares desta pesquisa nos levaram a observar que a MRH 325 apesar de enfrentar, como todo o Estado Gaúcho, uma crise grave no setor agrícola possui as condições de se organizar, talvez em grupos para poder, junto com as instituições regionais (Prefeituras, EMATER, Sindicatos, Cooperativas, Igrejas...) construir mecanismos que diminuam a pobreza, distribua riqueza, gere cidadania e dignidade para toda a população desta parcela do Estado gaúcho.

**Palavras Chave:** Modernização, Êxodo Rural, Transformações Sócio-Econômicas.

#### ABSTRACT: SOCIO -ECONOMIC CHANGES OCCURRED AT IRAÍ COLONIAL HOMOGENEOUS MICROREGION

This study main aim was to analyse socio-economic changes that happened at Iraí Colonial Homogeneous Microregion- HMR 325, from 1950 to 1990. Such concern is sustained by the continuous changes that Brazilian agriculture undergoes and, as a consequence, the area in study. It was basically colonized by old colony migrants and constitutes one of the kaingang indians last refuge. Its land structure is fundamentally formed by mini lands ( 12 ha ) with prevailing familiar labour. One could remark that the

modernization process is not homogeneously distributed in the production units, taking HMR 325 into a dichotomic situation, that means, on one side ( the largest part of the producers) the impoverishment and on the other side the income concentration. This way, the early results of this research guided us to observe that the HMR 325, besides coping with a serious crisis in the agricultural section ( as all the "gaucho"state), has the major conditions to organize itself, maybe in groups, in order to be able to build mechanisms that lessen the poverty, distribute the wealth, produce citizenship and dignity to all the people from this part with the "gaucho" state, with the regional institutions ( Town halls, EMATER, TRADE UNIONS, Collectives, churches).

**Key Words:** Modernization, Rural Exodus, Socio-Economic Changes.